

# Resistir e desobedecer

JOSÉ CARLOS PORTUGAL

**Q**uem faltava chegar, chegou. E desta vez, em grande estilo, com direito a "Jornal Nacional" e a tudo que permite a falácia intimidatória: provar erros intencionais, apontar falsidade ideológica, aplicar sanções econômicas, mandar para a prisão e várias outras peças do arsenal de acusações que explodem sensacionalisticamente no noticiário sem que os fundamentos da denúncia sejam apurados com rigor. Por hipótese, trata-se de gananciosos empresários, insensíveis patrões, inescrupulosos diretores — pessoas capazes de atitudes vis e mesquinhas com o intuito de auferir, mais uma vez, lucros exorbitantes, pungeados do bolso do pobre pai de aluno — os autores dessa trama condenável de falsear dados a fim de obter valores de mensalidades superiores ao permitido por lei. O discurso calunioso e falaz começa por essa premissa e continua mostrando que todos são culpados até que consigam provar que são inocentes ou, no bom jargão jornalístico, são condenáveis na manchete escandalosa de primeira página e inocentados no rodapé dos classificados. Só que, entre um ato e outro, cresce o descrédito, o desgaste e a humilhação de um segmento que paga uma pena por ter tido, única e exclusivamente, competência de prover educação eficiente para quem o Estado nega o mínimo de qualificação pedagógica.

As pessoas sérias sabem que a planilha de custo é um instrumento dinâmico e que retrata a posição financeira de uma instituição no momento em que é elaborada. As variáveis que compõem esse demonstrativo são funções de uma série de excepcionaisidades, realçadas pela economia inflacionária, vivida até há pouco e que, ainda, projeta, sobre o

presente, índices assombrosos, além da variação do número de alunos que, em alguns casos, ocorre mês a mês. As mensalidades decorrentes das planilhas são, por isso mesmo, possíveis de flutuações decorrentes das características próprias de cada escola na sua economia doméstica, mês a mês. O que essa associação de pais — que melhor faria se exigisse, com o mesmo empenho do Estado, uma escola pública decente onde pudessem colocar seus filhos, na medida em que não podem arcar com os custos da boa escola particular — levou para o procurador foi um modelo estático e imutável de planilha, com cálculos obtidos através de números questionáveis, manipuláveis e fora da realidade, além de desconsiderar informações como, por exemplo, a correção de defasagem obtida no CEE. Desejam esses senhores criar uma ilha artificial de preços na educação, isolando-a do contexto geral, e levam essa hipócrita assertiva às últimas consequências, como se a escola particular fosse uma miragem construída sobre o devaneio dessas vinte pessoas que se dizem representantes de mais de meio milhão de responsáveis.

Basta! É preciso dar um basta rotundo e definitivo aos oportunistas de serviço e que usam nosso segmento como trampolim para saltos eleitorais ou de promoção pessoal. A existência da livre iniciativa em educação não é concessão que possa ser outorgada ou retirada ao sabor da interpretação da autoridade de plantão. O direito de permanência da livre iniciativa em educação é prerrogativa inalienável de qualquer povo livre e consciente.

Transcrevo o artigo 19 da Declaração dos Direitos do Homem, elaborada por jovens de mais de 80 países,

em Strasbourg, na França, em 26/08/89: "A escola deve ser instrumento de paz. Cada ser humano pode criar, em qualquer lugar do Mundo, locais de saber acessíveis e colocar-se, em todas as etapas de sua vida, em situação de professor ou de aluno." Numa única frase, está contida toda a base da argumentação que confere à escola particular o direito de existência, independentemente do legislador, representação sindical, associação de pais, órgãos governamentais ou qualquer outra autoridade.

Aniquilar a escola da livre iniciativa, através de instrumentos casuísticos ou pormenores controversos, é fechar para milhares de estudantes o único acesso disponível ao conhecimento e à ascensão profissional. Destruir, por levandade, o colégio particular é consolidar de vez o embuste que aceita pagar o tênis da moda mais caro que a instituição que forma para a vida.

A sociedade precisa definir que tipo de educação deseja para seus filhos. Enquanto não expressa de forma clara a sua vontade, dá ensejo a que floresça o discurso cínico que está conseguindo destruir a respeitosa convivência que sempre houve entre os professores, a escola e as famílias. Na relação social, existente entre os indivíduos e entidades, o consentimento é a tênue linha que define os limites de uma harmônica convivência. Se nos humilham, nos desdenham, nos sufocam, nos oprimem e nos depreciam é justo não mais consentir, e, quem sabe, resistir, descumprir e desobedecer seja a única atitude que a opinião pública espere de nós, educadores.

José Carlos Portugal é Diretor Acadêmico da Rede MV-1 de Ensino.